

Empresas do Setor da Construção

Análise Económico-Financeira Exercício de 2020



FICHA TÉCNICA

Título: Empresas do Setor da Construção – Análise Económico-Financeira – Exercício de 2020

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Data de edição: Abril 2022

Índice

INTRODUÇÃO	6
1. ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS	9
1.1. Panorama Geral.....	9
1.2. Setor da Construção	10
1.2.1. Portugal no contexto do setor de construção no Mundo	11
1.2.2. Portugal no contexto do setor de construção na Europa.....	12
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM 2020	15
2.1 Empresas com Títulos Habilitantes	15
2.1.1 Constituição da Amostra	19
2.2 Dimensão das empresas.....	20
2.3 Empregabilidade das empresas.....	23
2.4 Requisitos Legais	24
2.4.1 Capital Próprio	24
2.4.2 Liquidez Geral	26
2.4.3 Autonomia Financeira	30
2.5 Outros Indicadores Económico-Financeiros	34
2.5.1 Indicadores Financeiros	34
2.5.2 Indicadores Económicos	38
3. AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO EM 2020	46
4. COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES EUROPEUS	51
SÍNTESE.....	55

Quadros

Quadro 1 – Caracterização das empresas por dimensão	9
Quadro 2 – Estrutura do tecido empresarial português	9
Quadro 3 – O Setor da Construção dentro do tecido empresarial português	10
Quadro 4 – Países europeus por Volume de Vendas das suas empresas no TOP 100	12
Quadro 5 – Classes de Alvará e limites	15
Quadro 6 – Evolução das empresas com títulos habilitantes.....	16
Quadro 7 – N.º de empresas com títulos habilitantes	16
Quadro 8 – N.º de empresas com alvarás de construção	17
Quadro 9 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	20
Quadro 10 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	20
Quadro 11 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	22
Quadro 12 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras públicas.....	22
Quadro 13 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras particulares	23
Quadro 14 – Média de trabalhadores, por dimensão da empresa e título habilitante	23
Quadro 15 – Valores mínimos de Capital Próprio e taxa de incumprimento	25
Quadro 16 – Incumprimento do valor de Capital Próprio por tipo de alvará	26
Quadro 17 – Liquidez Geral das empresas da amostra	26
Quadro 18 – Liquidez Geral por Regiões (NUTS II)	27
Quadro 19 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras públicas	27
Quadro 20 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras particulares..	27
Quadro 21 – Liquidez Geral das empresas, por título habilitante	28
Quadro 22 – Incumprimento do rácio de Liquidez Geral	29
Quadro 23 – Autonomia Financeira por Classes.....	30
Quadro 24 – Autonomia Financeira por Regiões (NUTS II)	30
Quadro 25 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras públicas.....	31
Quadro 26 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras particulares	31
Quadro 27 – Autonomia Financeira das empresas, por título habilitante	33
Quadro 28 – Incumprimento do rácio de Autonomia Financeira.....	33
Quadro 29 – Indicadores Financeiros	35
Quadro 30 – Indicadores Financeiros, por Regiões (NUTS II)	38
Quadro 31 – Indicadores Económicos	40

Quadro 32 – Número de empresas com Resultado Líquido negativo, por título habilitante.....	41
Quadro 33 – Número de empresas por escalões de Resultado Líquido.....	42
Quadro 34 – Indicadores Económicos, por Regiões (NUTS II)	44
Quadro 35 – TOP 20 em Volume de Negócios	46
Quadro 36 – Indicadores Financeiros das TOP 20.....	49
Quadro 37 – Indicadores Económicos das TOP 20.....	49
Quadro 38 – Representatividade da amostra por país	51
Quadro 39 – Valores medianos dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus	52

Gráficos

Gráfico 1 – Empresas com título habilitante VÁLIDO, mas sem atividade.....	18
Gráfico 2 – Distribuição geográfica	18
Gráfico 3 – Constituição da amostra.....	19
Gráfico 4 – Peso relativo das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	21
Gráfico 5 – Liquidez Geral (mediana) por título habilitante	28
Gráfico 6 – Autonomia Financeira (mediana) por título habilitante	32
Gráfico 7 – Indicadores Financeiros	36
Gráfico 8 – Indicadores Económicos	40
Gráfico 9 – Peso do TOP 20 em termos de Volume de Negócios	48
Gráfico 10 – Comparativo dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus	52



Introdução

INTRODUÇÃO

Na continuidade dos reportes dos anos anteriores, o presente relatório apresenta os dados económico-financeiros disponíveis referentes às empresas detentoras de título habilitante para o exercício da atividade de construção, relativamente ao ano de 2020.

Os dados económico-financeiros são obtidos através da consulta à IES – Informação Empresarial Simplificada, entregue anualmente pelas empresas e pessoas singulares com contabilidade organizada, e que inclui informação de natureza fiscal, contabilística e estatística.

No ano de 2021, devido às circunstâncias excecionais impostas pela pandemia de covid-19, impôs-se novamente a necessidade de flexibilizar o cumprimento de obrigações fiscais.

Uma das medidas de apoio às empresas, como forma de mitigar os efeitos da pandemia, incidiu no prolongamento do prazo para o cumprimento da obrigação declarativa da IES, sem qualquer acréscimo ou penalidade.

Nesta sequência, e considerando a necessidade de assegurar a qualidade de reporte de dados que servem de base à informação estatística nacional, que poderia estar comprometida devido à atual conjuntura imposta pela pandemia de covid-19, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, determinou, através do Despacho 240/2021.XXII, de 14 de julho, prolongar o prazo de entrega da IES / DA de 2019 até 30 de julho de 2021.

Tal situação fez com que os dados necessários para a elaboração do presente relatório só estivessem disponíveis a outubro 2021, o que impediu a conclusão do mesmo nos prazos realizados nos anos anteriores.

O relatório que a seguir se apresenta, destaca os seguintes aspetos:

- Análise do tecido empresarial português;
- Análise do setor da construção português e comparação com os dados mundiais e europeus;
- Análise da situação económico-financeira das empresas, através dos seguintes indicadores:
 - *Capital Próprio;*
 - *Liquidez Geral;*
 - *Autonomia Financeira;*
 - *Liquidez Reduzida;*

- *Cobertura do Ativo Não Corrente;*
 - *Solvabilidade;*
 - *Endividamento;*
 - *Estrutura de Endividamento;*
 - *Resultado Líquido do Exercício;*
 - *Rentabilidade do Capital Próprio;*
 - *Rentabilidade do Ativo;*
 - *Volume de Negócios;*
 - *Rotação do Ativo;*
 - *Rentabilidade das Vendas;*
 - *Margem EBITDA.*
-
- Para cada um dos 3 primeiros indicadores – os legalmente exigidos – será apresentada uma análise mais pormenorizada, tendo em consideração os diferentes títulos habilitantes, o tipo de obra a que dizem respeito, a região NUTS II e os valores mínimos definidos pela Lei;
 - Para os restantes indicadores será realizada uma análise de enquadramento conjunta, por tipo de obra e por região NUTS II;
 - Para todos os casos será apresentada a análise de tendência dos valores, pelo menos nos últimos 3 anos.
-
- Destaque das 20 maiores empresas do sector da construção, tendo em consideração o indicador Volume de Negócios, comparando-as com os resultados globais;
 - Comparação dos indicadores do sector da construção em Portugal com outros países europeus.



1. Estrutura do Tecido Empresarial Português

1. ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

1.1. PANORAMA GERAL

De acordo com o artigo n.º 2 do Anexo do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a dimensão das empresas é caracterizada da seguinte forma:

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS POR DIMENSÃO

Dimensão	N.º de Efetivos	Volume de Negócios
<i>Grande</i>	≥ 250	> 50 M€
<i>Média</i>	< 250	≤ 50 M€
<i>Pequena</i>	< 50	≤ 10 M€
<i>Micro</i>	< 10	≤ 2 M€

Segundo os últimos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE), a estrutura do tecido empresarial português, do universo das empresas não financeiras, segue a distribuição representada no quadro seguinte.

QUADRO 2 – ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

Dimensão	2019		2020		Var. 2020/2019	
	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
Grandes Empresas	1 291	0,10%	1 250	0,10%	-41	-3,18%
Médias Empresas	7 179	0,54%	7 062	0,54%	-117	-1,63%
Pequenas Empresas	44 189	3,35%	43 351	3,33%	-838	-1,90%
Micro Empresas	1 265 671	96,01%	1 249 337	96,03%	-16 334	-1,29%
Total	1 318 330	100,00%	1 301 000	100,00%	-17 330	-1,31%

Fonte: INE

Conforme se pode verificar, a grande maioria das empresas são microempresas, as quais representam mais de 96% do total do tecido empresarial, sendo o conjunto de micro, pequenas e médias empresas representativas de 99,90% das empresas portuguesas.

1.2. SETOR DA CONSTRUÇÃO

Tendo em conta o panorama geral e os dados disponibilizados pelo INE relativamente aos diversos setores da economia, apresenta-se de seguida uma análise comparativa e evolutiva do setor da construção na última década (2011 – 2020).

QUADRO 3 – O SETOR DA CONSTRUÇÃO DENTRO DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

Número total de empresas em Portugal										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
1 113 559	1 065 173	1 098 409	1 128 258	1 163 082	1 196 102	1 242 693	1 278 164	1 318 330	1 354 720	
Número de empresas do sector da construção e peso relativo										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
97 980	87 592	81 335	77 844	77 906	78 866	81 629	85 311	90 430	94 377	
8,80%	8,22%	7,40%	6,90%	6,70%	6,59%	6,57%	6,67%	6,86%	6,97%	
Pessoal ao serviço das empresas em Portugal										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
3 631 747	3 405 269	3 377 598	3 449 428	3 578 913	3 704 740	3 892 218	4 060 451	4 225 538	4 205 308	
Pessoal ao serviço das empresas do sector da construção e peso relativo										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
403 575	340 913	307 907	294 458	297 344	301 862	312 914	328 053	353 398	364 102	
11,11%	10,01%	9,12%	8,54%	8,31%	8,15%	8,04%	8,08%	8,36%	8,66%	
Solvabilidade das empresas em Portugal										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
49%	47%	49%	47%	50%	52%	53%	57%	58%	63%	
Solvabilidade das empresas do sector da construção e diferença para o valor nacional										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
27%	26%	28%	30%	32%	35%	40%	44%	44%	47%	
-22,00%	-21,00%	-21,00%	-17,00%	-18,00%	-17,00%	-13,00%	-13,00%	-14,00%	-16,00%	
Volume de Negócios das empresas em Portugal (milhares euros)										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
341 442 776	320 136 230	317 715 145	323 008 554	331 601 856	340 479 969	371 477 802	396 679 491	412 640 613	373 045 354	
Volume de Negócios das empresas do sector da construção (milhares euros) e peso relativo										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
29 121 915	22 043 171	19 495 745	18 134 433	17 953 277	17 490 657	19 413 581	21 212 518	23 256 151	23 662 763	
8,53%	6,89%	6,14%	5,61%	5,41%	5,14%	5,23%	5,35%	5,64%	6,34%	
VAB das empresas em Portugal (milhares euros)										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
79 339 132	73 125 519	73 111 437	76 130 692	80 547 613	85 410 310	92 690 116	98 652 564	104 417 694	93 827 719	
VAB das empresas do sector da construção (milhares euros) e peso relativo										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Tendência
7 489 758	6 019 164	5 508 212	5 336 992	5 402 865	5 365 771	5 951 444	6 708 162	7 585 495	7 474 400	
9,44%	8,23%	7,53%	7,01%	6,71%	6,28%	6,42%	6,80%	7,26%	7,97%	

Fonte: INE

De uma forma geral, os valores apresentados para Portugal refletem os efeitos esperados da crise económica que assolou o país no período em análise, verificando-se uma recuperação de todos os indicadores nos últimos anos.

Já no que respeita ao setor da construção, os valores refletem igualmente uma tendência de recuperação do setor. O ajustamento económico por que passou o país nos últimos anos penalizou fortemente o setor. A recuperação ainda está longe dos valores de há uma década.

1.2.1. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NO MUNDO

Segundo o estudo “GPoC 2020 – Global Powers of Construction” elaborado pela Deloitte, pelo segundo ano, somente o grupo MOTA-ENGIL SGPS S.A. consta do ranking das 100 maiores empresas de construção do mundo em 2020, em termos de Volume de Negócios, ocupando a 76.^a, numa tabela que é liderada, nos primeiros 4 lugares, por empresas chinesas e em que aparece no 5.^o lugar a francesa Vinci (43.634 M€) e, no 8.^o, a espanhola ACS (35.260 M€).

A empresa portuguesa que, segundo os dados do referido estudo apresentou 2.452 M€ de Volume de Negócios, observou um decréscimo nas suas vendas em cerca de 13,0% relativamente ao ano anterior.

As companhias chinesas ocupam 11 lugares no TOP 100 e, mesmo que não sejam do país mais representado – o Japão tem 15 empresas representantes, os Estados Unidos da América, 14 e o Reino Unido, 11 - em conjunto, atingem 48% (637.923 M€) de todas as vendas do TOP 100 (1.335.111 M€).

Se utilizarmos o montante da atividade além-fronteiras como fator de ordenação, a espanhola ACS, seguida da francesa Vinci, com 86% e 47% do seu Volume de Negócios a ser gerado fora do seu território, lideram a tabela.

De resto, a nível internacional, o TOP 100 em termos de Volume de Negócios tem representantes de 29 países, com Portugal a ocupar o 23.^o lugar, apresentando um decréscimo homólogo do indicador em apreço de 13%, inferior ao valor médio das 100 empresas (3,7%).

1.2.2. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NA EUROPA

Dos 29 países representados no TOP 100 de 2020, 16 são europeus, com 43 empresas representadas. Portugal ocupa o 14.º lugar a nível europeu, mantendo a posição de 2018 e de 2019. É a posição mais baixa nos últimos anos. As primeiras 6 posições mantêm-se inalteradas desde 2015.

QUADRO 4 – PAÍSES EUROPEUS POR VOLUME DE VENDAS DAS SUAS EMPRESAS NO TOP 100

Posição	2016	2017	2018	2019	2020
1	França	França	França	França	França
2	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
3	Reino Unido				
4	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia
5	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria	Áustria
6	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda	Holanda
7	Itália	Itália	Itália	Grécia	Itália
8	Turquia	Turquia	Grécia	Itália	Grécia
9	Grécia	Finlândia	Turquia	Turquia	Suíça
10	Portugal	Grécia	Suíça	Suíça	Noruega
11	Finlândia	Portugal	Noruega	Noruega	Belgica
12	Noruega	Suíça	Finlândia	Belgica	Finlândia
13	Suíça	Noruega	Belgica	Finlândia	Turquia
14	Belgica	Belgica	Portugal	Portugal	Portugal
15	Dinamarca	Alemanha	Dinamarca	Dinamarca	Dinamarca
16	Alemanha	-	Alemanha	Alemanha	Alemanha
Total	294 618 M€	303 411 M€	316 375 M€	316 388 M€	290 676 M€

Fonte: GPoC – Global Powers of Construction – Bloomberg, Deloitte analysis

Nos últimos cinco anos, Portugal tem vindo a oscilar a sua posição no ranking das maiores empresas de construção da Europa entre a 14ª posição e, em 2018, 2019 e 2020, e a 10ª posição de 2016.

No mesmo período, verificou-se que as companhias europeias apresentaram um Volume de Negócios anual de 290.676 milhões de euros, tendo-se registado, em 2020 um valor da mesma ordem de grandeza do observado em 2016.

As três maiores empresas europeias em termos de Volume de Negócios, designadamente, a Vinci (FR), a ACS (ES) e a Bouygues (FR), representam 8,53% do Volume de Negócios do TOP 100 do GPoC (113.957 M€ em 1.334.506 M€).

Nas 43 empresas europeias do TOP 100 de Volume de Negócios, a MOTA-ENGIL SGPS S.A. ocupa a 29.^a posição.



2. Análise Económico-Financeira das Empresas do Setor da Construção no exercício de 2020

2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA EM 2020

2.1 EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

A Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, corrigida pela Declaração de Retificação n.º 27/2012, publicada na 1.ª série do Diário da República, define os valores máximos, em euros, das obras permitidas por cada uma das classes de alvará, quer de obras públicas, quer de obras particulares, da seguinte forma:

QUADRO 5 – CLASSES DE ALVARÁ E LIMITES

Classes de habilitações	Valores máximos das obras permitidas (€)
1	Até 166.000
2	Até 332.000
3	Até 664.000
4	Até 1.328.000
5	Até 2.656.000
6	Até 5.312.000
7	Até 10.624.000
8	Até 16.600.000
9	Acima de 16.600.000

A Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, estabelece ainda os limites dos certificados de empreiteiro de obras públicas e de obras particulares, nos n.ºs 2 dos artigos 7.º e 25.º, em 20% do limite fixado para a classe 1 de alvarás.

Em 31.12.2020, o IMPIC tinha homologados 53.681 títulos habilitantes, entre alvarás e certificados de obras públicas e de obras particulares. Para efeitos de análise da estrutura do tecido empresarial do sector da construção, foi tido em consideração o universo de 50.197 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos nessa data. Deste universo, foram analisadas 34.663 entidades, número correspondente àquelas que, de entre as primeiras, a Informa D&B e a ferramenta de pesquisa que disponibiliza, a SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, devolvem algum tipo de informação.

QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

Período de referência	N.º de Empresas do Setor F - construção ⁽¹⁾	N.º de Empresas com Títulos Habilitantes ⁽²⁾	Das quais, constantes no SABI/ Informa D&B
2017	81 629	47 796	30 218
2018	85 311	48 474	31 209
2019	90 430	50 619	33 958
2020	94 377	50 197	34 663
Tendência			

(1) Fonte: INE;

(2) Fonte: IMPIC; Empresas com NIF português

O quadro anterior (dados do INE) dá-nos uma perspetiva da evolução do número de empresas com CAE do setor da construção nos últimos quatro anos e relaciona-a com o número de empresas com NIF português que possuíam pelo menos um título habilitante válido no final do ano de 2020. Nos anos em análise, o rácio entre o número de empresas registadas e o número de empresas com CAE da construção esteve entre os 53% e os 59%.

Os n.ºs 3 dos artigos 6.º e 7.º da já referida Lei n.º 41/2015 estabelecem que os títulos habilitantes de obras públicas permitem também que os empreiteiros executem obras particulares dentro dos mesmos limites, pelo que, mais do que a existência de empresas com títulos habilitantes em obras públicas e obras particulares, que pode ser observada mais adiante no Quadro 8, é curioso encontrarem-se casos de empresas que possuem não só alvará como certificado relativamente ao mesmo tipo de obra, conforme nos mostra o Quadro 7. Esta situação acontecerá, certamente, por o segundo ter sido solicitado há mais tempo, tendo a empresa se deparado com a necessidade de aumentar o título habilitante.

No conjunto das 34.663 entidades, 27.222 possuem um título habilitante de obras públicas e 9.013 de obras particulares. Concluimos também que 1.006 possuem um ou mais títulos habilitantes de obras públicas e 93, um ou mais de obras particulares. De facto, uma análise às empresas com títulos habilitantes válidos permite constatar que 32.039 possuem apenas um título habilitante, 2.577 possuem dois e 47 possuem três.

QUADRO 7 – N.º DE EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

Habilitação em Obras Públicas			
Alvará	Certificado	Alvará e Certificado	Total
16 591	11 637	1 006	27 222
Habilitação em Obras Particulares			
Alvará	Certificado	Alvará e Certificado	Total
7 514	1 592	93	9 013

Fonte: IMPIC

O Quadro 8 mostra que, em 31.12.2020, no conjunto das 34.663 entidades identificadas, 23.816 possuíam algum tipo de alvará. Destas, 16.591 (69,7%) tinham alvarás de obras públicas e 7.514 (31,6%), alvarás de obras particulares.

A grande maioria das empresas com alvará de obras públicas, 16.302 das 16.591, correspondendo a cerca de 98,3%, era exclusivamente detentora desse tipo de alvará. Quanto às empresas exclusivamente detentoras de alvará de obras particulares, contam-se 7.225 de um total de 7.514 empresas, correspondendo a cerca de 96,2%.

Estes valores indiciam, sem qualquer dúvida, a existência de uma especialização das empresas por tipo de obra, até porque as 289 empresas que possuem simultaneamente alvarás de construção de obras públicas e particulares correspondem a um valor residual de apenas 1,21%.

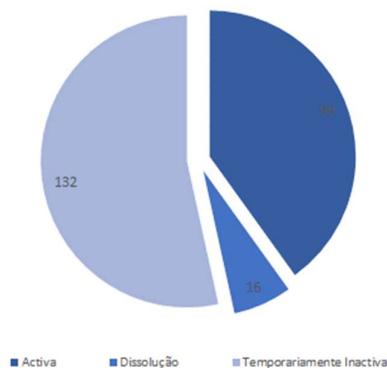
QUADRO 8 – N.º DE EMPRESAS COM ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

		Alvarás de Obras Públicas									Total	
		Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8	Classe 9		
Sem outro alvará		6090	5559	1602	1401	1056	333	141	42	78	16302	
Alvarás de Obras Particulares	Classe 1	1751	9	10							1770	7514
	Classe 2	4784	64	88	11	7	6				4960	
	Classe 3	289	11	21	2	1					324	
	Classe 4	224	5	14	2	3	1				249	
	Classe 5	118	2	3	1	4	5	1			134	
	Classe 6	47		2		2	4	1			56	
	Classe 7	7		1		1	3				12	
	Classe 8	4				1		1			6	
	Classe 9	1					1		1		3	
Total		7225	6181	5698	1618	1420	1076	336	142	42	78	
		16591										

Fonte: IMPIC

Das 34.663 entidades identificadas na base de dados, 3.538 não apresentaram dados financeiros em 2020 e 247 apresentaram um número de empregados e um volume de vendas igual a zero, apesar de terem um título habilitante válido, de onde se conclui tratar-se de empresas que, durante o ano de 2020, não tiveram atividade. Relativamente a estas últimas, a Informa D&B, face ao histórico de resultados apresentados, classifica-as da forma apresentada no Gráfico 1.

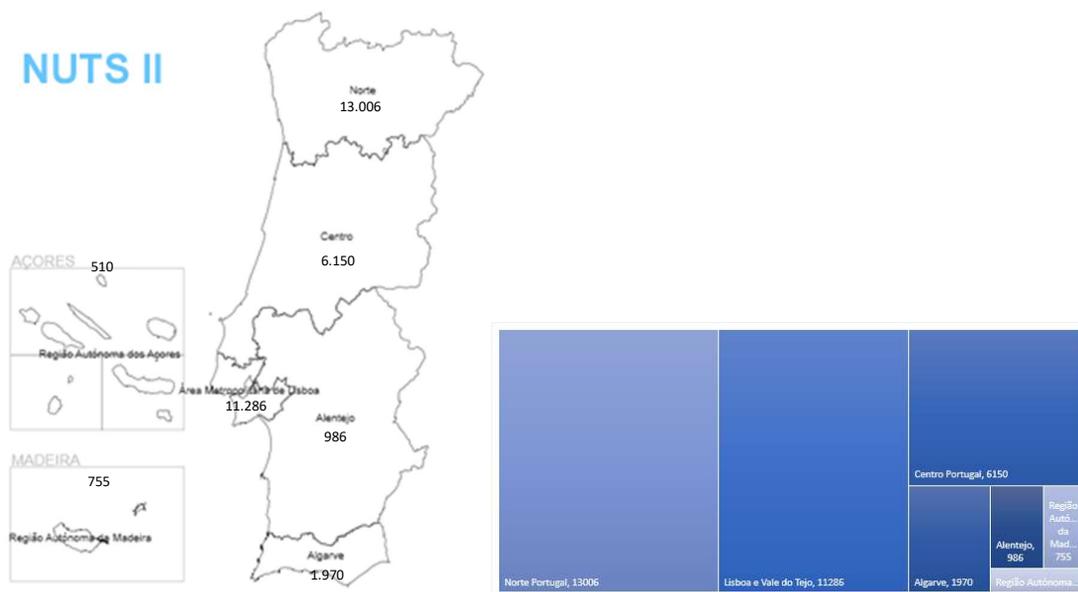
GRÁFICO 1 – EMPRESAS COM TÍTULO HABILITANTE VÁLIDO, MAS SEM ATIVIDADE



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

As já referidas 34.663 entidades com NIF português e com algum título habilitante válido distribuem-se geograficamente da forma que é apresentada no Gráfico 2, com a região Norte a ser aquela que mais empresas possui, seguida pela Área Metropolitana de Lisboa e pela região Centro. Noutra perspetiva, a Área Metropolitana de Lisboa é a que acolhe a maior percentagem de grandes empresas, com 45,1% do total, seguida da região Norte com 35,2% e da região Centro com 10,7%. Já as médias, pequenas e microempresas têm mais peso na região Norte, com 42,1%, 41,7% e 36,4%, respetivamente.

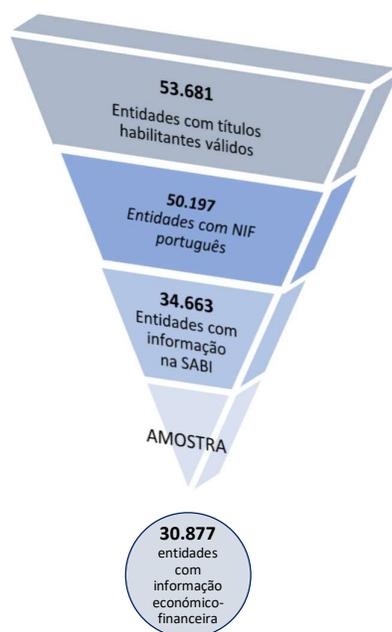
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



2.1.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A constituição da amostra para o presente relatório foi efetuada conforme exposto no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA



Como referido anteriormente, neste relatório tomou-se em consideração o universo de 50.197 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos em 31.12.2020. Destas entidades, foi possível obter algum tipo de informação na Informa D&B, através da ferramenta de pesquisa SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, relativamente a 34.663. Porém, em apenas 30.877 casos foi possível obter informação suficiente para proceder à análise económico-financeira das empresas, constituindo estes a base de trabalho para as análises efetuadas nos capítulos seguintes.

As 30.877 empresas constituintes da amostra representam 61,5% das empresas com NIF português e com títulos habilitantes válidos, o que se traduz num aumento significativo da representatividade da amostra face aos anos anteriores.

O Quadro 9 permite uma perspetiva da representatividade dos títulos habilitantes pertencentes às 30.877 empresas da amostra face ao universo de títulos habilitantes (53.629 títulos pertencentes a 50.197 entidades).

QUADRO 9 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO

Habilitação em Obras Públicas											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	7 407	6 168	1 672	1 444	1 113	344	148	43	84	18 423	22 470
Amostra	5 613	5 151	1 515	1 336	1 013	320	131	40	69	15 188	10 190
Representatividade	75,8%	83,5%	90,6%	92,5%	91,0%	93,0%	88,5%	93,0%	82,1%	82,4%	45,3%
Habilitação em Obras Particulares											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	2 644	5 960	354	271	144	61	13	7	3	9 457	3 331
Amostra	1 537	4 279	293	221	122	53	10	5	3	6 523	1 389
Representatividade	58,1%	71,8%	82,8%	81,5%	84,7%	86,9%	76,9%	71,4%	100,0%	69,0%	41,7%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas com alvará de obras públicas, com exceção das empresas detentoras de alvará em classe máxima 1, a representatividade da amostra foi sempre superior a 80%.

No que diz respeito às empresas com alvará de obras particulares, com menor dimensão, a característica que também explica a menor representatividade conseguida com as empresas possuidoras de certificado, ainda assim apresentam valores superiores a 58%.

2.2 DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Uma primeira análise aos dados destas empresas permite caracterizá-las quanto à dimensão. O Quadro 10 evidencia, a laranja, a dimensão dominante das empresas dentro de cada tipo de título habilitante. Sem surpresa, verifica-se que a dimensão das empresas é tanto maior quanto mais alto é o título habilitante.

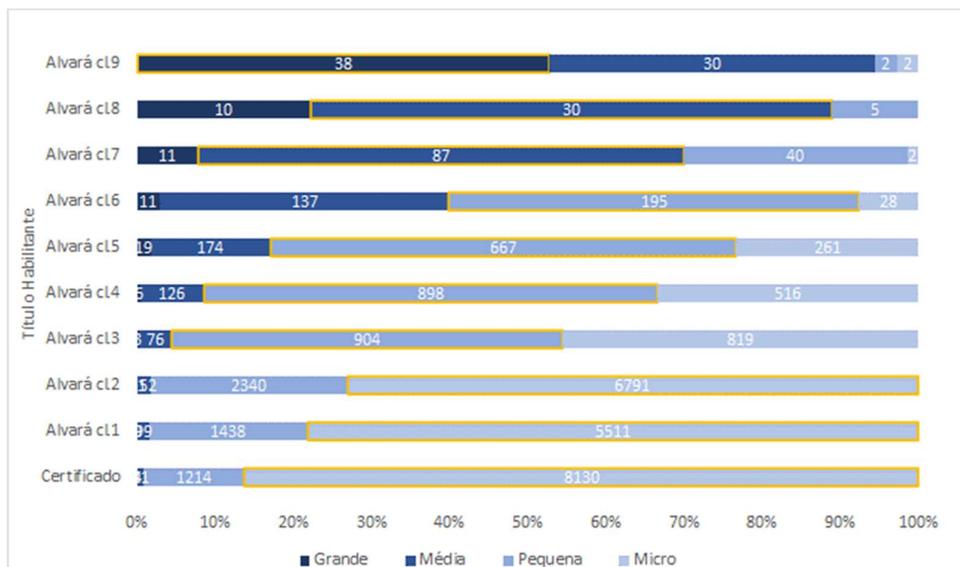
QUADRO 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO

Dimensão da Empresa	Título Habilitante									
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9
Grande	4	9	11	3	6	19	11	11	10	38
Média	81	99	152	76	126	174	137	87	30	30
Pequena	1214	1438	2340	904	898	667	195	40	5	2
Micro	8130	5511	6791	819	516	261	28	2		2

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Gráfico 4 permite obter uma perspetiva do peso relativo de cada categoria dimensional das empresas por título habilitante.

GRÁFICO 4 – PESO RELATIVO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Neste gráfico pode verificar-se que as microempresas são dominantes nos certificados, onde representam 86,22% das empresas, tal como nas classes 1 e 2 de alvarás, onde têm um peso de, respetivamente, 78,1% e 73,1% das empresas.

Nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas, representando 55,04% das empresas. Nas classes 7 e 8, a predominância são as médias empresas, com uma representação de 63,24% da totalidade das empresas.

Finalmente, na classe de habilitações mais elevada (9), 52,78% das empresas são grandes empresas.

Nota ainda para o facto de, retirando o caso das empresas com alvará de classe 3 – e mesmo nessas, por muito pouco, a dimensão dominante é também maioritária, com valores sempre acima dos 50%.

Noutra perspetiva, destaca-se a existência, dentro das grandes empresas, de 9 detentoras de alvará de classe 1, 4 detentoras de certificado de empreiteiro e, dentro das microempresas, 2 detentoras de alvará de classe 9.

Os dados permitem também fazer uma análise da dimensão e número das empresas em função do tipo de obra para a qual têm habilitação, conforme os Quadros 11 a 13.

QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO

Classe Máxima	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	9	99	1 438	5 511	7 057
2	11	152	2 340	6 791	9 294
3	3	76	904	819	1 802
4	6	126	898	516	1 546
5	19	174	667	261	1 121
6	11	137	195	28	371
7	11	87	40	2	140
8	10	30	5	0	45
9	38	30	2	2	72
Certificado	4	81	1 214	8 130	9 429
Total	122 0,4%	992 3,2%	7 703 24,9%	22 060 71,4%	30 877 100%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando com a estrutura do tecido empresarial português já apresentada no Quadro 2, verifica-se que o peso das grandes empresas é um pouco superior (0,40% vs. 0,1%), enquanto para o conjunto das outras categorias é ligeiramente inferior (99,60% vs. 99,90%).

QUADRO 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR DIMENSÃO E TÍTULO HABILITANTE DE OBRAS PÚBLICAS

Classe de habilitações	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	8	89	1 282	4 234	5 613
2	11	115	1 621	3 404	5 151
3	3	68	814	630	1 515
4	6	119	823	388	1 336
5	19	169	631	194	1 013
6	11	133	165	11	320
7	11	85	35	0	131
8	9	28	3	0	40
9	38	29	1	1	69
Total	116	835	5 375	8 862	15 188
Certificado	4	33	386	508	931

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Conclui-se que, em 2020, 93,74% das 15.188 empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras públicas são microempresas ou pequenas empresas, representando cada grupo, respetivamente, 58,35% e 35,39% do total. As médias e as grandes empresas possuem uma pequena representação de 5,50% e 0,76%, respetivamente.

QUADRO 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR DIMENSÃO E TÍTULO HABILITANTE DE OBRAS PARTICULARES

Classe de habilitações	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	1	11	193	1 332	1 537
2	0	43	773	3 463	4 279
3	0	8	93	192	293
4	0	8	80	133	221
5	0	7	47	68	122
6	0	5	31	17	53
7	0	3	5	2	10
8	1	2	2		5
9	0	1	1	1	3
Total	2	88	1 225	5 208	6 523
Certificado	0	1	12	68	81

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras particulares (6.523), as microempresas e pequenas empresas dominam absolutamente o mercado, representando 98,62% deste, com as microempresas a representarem uns elevadíssimos 79,84%.

2.3 EMPREGABILIDADE DAS EMPRESAS

A análise aos dados destas 30.877 empresas permite também caracterizá-las quanto à empregabilidade que proporcionam. Verifica-se que esta amostra, representante de 61,5% das empresas com NIF português e com pelo menos um título habilitante válido em 31.12.2020, declara ter ao seu serviço 410.472 trabalhadores.

O Quadro 14 indica o número médio de trabalhadores por empresa, em função da sua dimensão e do título habilitante que possui, assim como, na última coluna, o número médio de trabalhadores por empresa com alvará de construção, tendo em consideração a sua dimensão.

QUADRO 14 – MÉDIA DE TRABALHADORES, POR DIMENSÃO DA EMPRESA E TÍTULO HABILITANTE

Dimensão da Empresa	Título Habilitante										Todas
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	
Grande	688	297	540	528	1247	1405	503	407	574	777	757
Média	86	87	85	85	82	83	80	90	111	127	86
Pequena	17	18	18	20	21	22	25	31	23	17	19
Micro	4	4	4	5	5	5	4	8	0	8	4
Total	6	8	9	17	25	51	58	97	204	464	13

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Da análise dos dados, constata-se que o número médio de trabalhadores por empresa está diretamente relacionado com a dimensão da empresa e com a classe do título habilitante de que é detentora. Isto significa que quanto maior a empresa e mais elevado for o título habilitante, maior o número médio de trabalhadores.

2.4 REQUISITOS LEGAIS

A atual Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, determina que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de Capital Próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada (IES), tendo em conta os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira.

Assim, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função do valor do Capital Próprio, e dos indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira.

Nos três próximos pontos irá dar-se seguimento à análise da situação das 30.877 empresas da amostra quanto ao cumprimento destes indicadores assim como da tendência que apresentam entre os anos de 2017 e 2020. Dado o facto de estes indicadores constituírem, também, requisitos legais, a análise será mais pormenorizada, tendo em consideração o tipo de obra, a classe do título habilitante e, em alguns casos, a região (NUTS II) onde está constituída a empresa.

Nota para o facto de a análise feita de forma detalhada por tipo de título habilitante não corresponder no seu somatório ao número total de empresas em estudo. Esta situação ocorre pelo facto de uma empresa poder ser detentora de mais do que um título habilitante.

2.4.1 CAPITAL PRÓPRIO¹

O *Capital Próprio* é um conceito contabilístico que corresponde à situação líquida de uma empresa, isto é, à diferença entre os seus ativos (conjunto de todos os bens e direitos) e os seus passivos (obrigações financeiras perante terceiros), expressando o valor contabilístico da empresa.

Segundo o n.º 1 do artigo 11.º da Lei referida anteriormente, “*As empresas que pretendam realizar obras classificadas em classe superior à classe 2 devem demonstrar que o valor do*

¹ Capital Próprio = Total do Ativo – Total do Passivo

seu capital próprio é igual ou superior a 10 % do valor limite da maior das classes em que se enquadram as obras pretendidas, ou, no caso de alguma das obras pretendidas se enquadrar na classe mais elevada prevista na portaria referida no n.º 2 do artigo 6.º, que o referido valor é igual ou superior a 20 % do valor limite da classe anterior.”

As empresas têm, então, que cumprir mínimos de Capital Próprio conforme a classe de alvará requerida pela obra a realizar. O Quadro 15 identifica os valores mínimos e os incumprimentos detetados em 2020.

QUADRO 15 – VALORES MÍNIMOS DE CAPITAL PRÓPRIO E TAXA DE INCUMPRIMENTO

Classe máxima de habilitações	Valor mínimo de Capital Próprio (€)	Incumprimento	
		Nº	%
3	66 400 €	169	9,4%
4	132 800 €	148	9,6%
5	265 600 €	106	9,5%
6	531 200 €	26	7,0%
7	1 062 400 €	8	5,7%
8	1 660 000 €	6	13,3%
9	3 320 000 €	3	4,2%
Total		466	9,1%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Pode-se verificar que o número de empresas incumpridoras é decrescente à medida que a classe de alvará aumenta, obtendo-se, em termos gerais, uma taxa de 9,1% de incumprimento em relação ao conjunto das empresas detentoras de alvarás da classe 3 à classe 9.

Tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, será expectável que numa análise ao incumprimento do requisito por parte das empresas com alvará em obras públicas e em obras particulares, separadamente, se encontrem diferenças penalizadoras para estas últimas. Na realidade, é isso que se pode observar no Quadro 16, onde as empresas da amostra possuidoras de alvarás em obras particulares têm uma taxa de incumprimento de 15,3%, superior ao valor das empresas com alvarás em obras públicas (8,2%).

QUADRO 16 – INCUMPRIMENTO DO VALOR DE CAPITAL PRÓPRIO POR TIPO DE ALVARÁ

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	c/ Alvará de O. Públicas		c/ Alvará de O. Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	120	7,9%	50	17,1%
4	114	8,5%	35	15,8%
5	94	9,3%	13	10,7%
6	18	5,6%	7	13,2%
7	6	4,6%	2	20,0%
8	5	12,5%	1	20,0%
9	4	5,8%	0	0,0%
Total	361	8,2%	108	15,3%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

2.4.2 LIQUIDEZ GERAL²

O rácio de *Liquidez Geral* é um rácio financeiro que mede a capacidade dum empresa fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. É desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 100%, significando que a empresa tem ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto menor é o valor, maior é a vulnerabilidade da empresa.

Em 2020, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma Liquidez Geral superior a 124%, valor da mesma ordem de grandeza do verificado em 2019.

QUADRO 17 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS DA AMOSTRA

Título Habilitante	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total	Tendência [2017-2020]
Nº de Empresas	9367	7031	9261	1800	1545	1120	371	140	45	72	30752	
Quartil Superior	449%	435%	355%	388%	411%	371%	295%	241%	203%	197%	403%	
Mediana	222%	227%	187%	214%	227%	212%	188%	168%	163%	152%	210%	
Quartil Inferior	126%	135%	118%	143%	149%	147%	142%	140%	128%	125%	129%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Os valores mais baixos verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 8 e 9. Em termos nacionais, e comparativamente com o ano anterior, as empresas apresentam rácios superiores.

² Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$

Tendo em consideração a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 18 mostra os valores de Liquidez Geral tendo em conta a região onde as empresas estão registadas, usando para o efeito a nomenclatura NUTS II.

QUADRO 18 – LIQUIDEZ GERAL POR REGIÕES (NUTS II)

Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total
Nº de Empresas	871	1723	5593	9836	11654	638	437	30752
Quartil Superior	496%	453%	380%	462%	367%	423%	357%	403%
Mediana	229%	221%	210%	216%	202%	219%	213%	210%
Quartil Inferior	129%	126%	133%	125%	129%	131%	127%	129%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A partir do quadro anterior verifica-se que o Alentejo é a região que apresenta os valores mais elevados de Liquidez Geral, em contraponto com a região dos Açores, que exibe os valores mais baixos deste indicador.

Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes do Quadros 19 e 20.

QUADRO 19 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	5594	5135	1513	1336	1013	320	131	40	69	15151
Quartil Superior	444%	360%	375%	383%	347%	273%	224%	209%	195%	387%
Mediana	237%	196%	211%	222%	205%	187%	165%	163%	151%	213%
Quartil Inferior	142%	127%	142%	147%	145%	142%	138%	127%	124%	137%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

QUADRO 20 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PARTICULARES

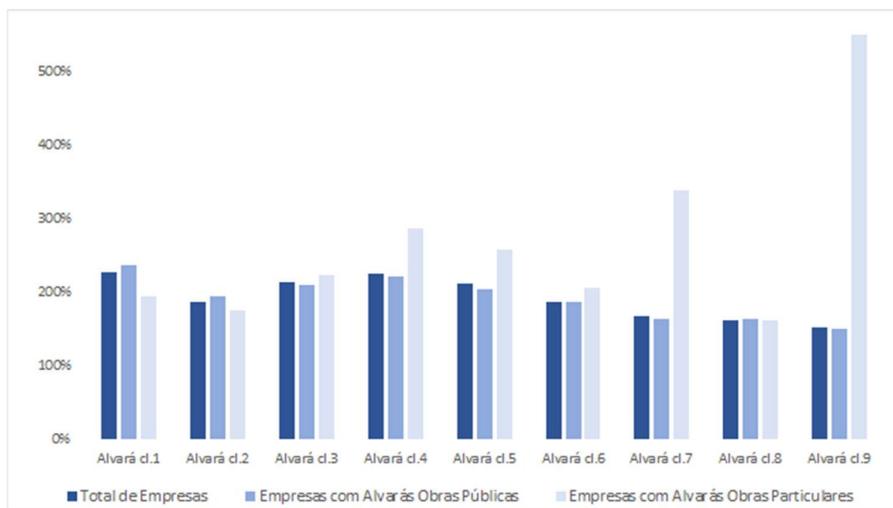
Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	1530	4262	293	220	121	53	10	5	3	6497
Quartil Superior	386%	351%	441%	653%	755%	398%	1084%	191%	9097%	377%
Mediana	195%	175%	224%	287%	259%	207%	339%	163%	1214%	187%
Quartil Inferior	113%	108%	143%	153%	158%	144%	165%	144%	159%	113%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Nas empresas com títulos habilitantes de obras públicas, os valores mais baixos do indicador verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 9, que apresentaram um quartil inferior de 124%, uma mediana de 151% e um quartil superior de 195%.

Nas empresas com títulos habilitantes de obras particulares, verifica-se que são as empresas com título habilitante de classe 1, 2 e 8, as que apresentaram os valores mais baixos deste indicador.

GRÁFICO 5 – LIQUIDEZ GERAL (MEDIANA) POR TÍTULO HABILITANTE



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 21 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor mínimo desejável de Liquidez Geral de, pelo menos, 100%, em função do título habilitante.

QUADRO 21 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS, POR TÍTULO HABILITANTE

Classe máxima de habilitações	Nº de empresas			Empresas Incumpridoras %
	Amostra	Liquidez >= 100%	Liquidez < 100%	
Certificado	9367	7389	1515	-
1	7031	6109	922	-
2	9261	7729	1532	-
3	1800	1669	131	7,3%
4	1545	1456	89	5,8%
5	1120	1043	77	6,9%
6	371	356	15	4,0%
7	140	134	6	4,3%
8	45	44	1	2,2%
9	72	70	2	2,8%
Total	30752	26462	4290	14,0%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Assim, verifica-se que, das 30.752 empresas da amostra com informação disponível quanto a este indicador, 4.290 (14,0% da amostra analisada) possuem uma *Liquidez Geral* inferior a 100%. A percentagem de empresas nesta situação é ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior.

Também é possível ver que a percentagem de empresas incumpridoras do indicador decresce à medida que sobe a classe de alvará, com a exceção das empresas com alvarás de classe 7. De igual forma, é possível verificar que, à exceção das empresas com alvarás de classe 5, existe uma tendência para uma atenuação da situação em relação ao ano anterior.

No entanto, estes são valores obtidos para todas as empresas com títulos habilitantes de construção, inclusivamente para aquelas com os títulos habilitantes inferiores à classe 3 de alvará, casos em que tal requisito não necessita ser cumprido, pois, do ponto de vista legal, apenas as empresas com classe de alvará superior a 2 estão obrigadas ao cumprimento de um rácio de *Liquidez Geral* de, pelo menos, 100%. Se considerarmos apenas estas, o Quadro 21 indica que 321 de um total de 5.093 empresas com alvarás de classe 3 ou superior apresentam uma *Liquidez Geral* inferior a 100%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 6,3%. Interessa, pois, efetuar uma análise mais detalhada às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 22.

QUADRO 22 – INCUMPRIMENTO DO RÁCIO DE LIQUIDEZ GERAL

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	Com Alvará de Obras Públicas		Com Alvará de Obras Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	107	7,1%	25	8,5%
4	76	5,7%	14	6,4%
5	68	6,7%	10	8,3%
6	14	4,4%	1	1,9%
7	6	4,6%	0	0,0%
8	1	2,5%	0	0,0%
9	2	2,9%	0	0,0%
Total	274	6,2%	50	7,1%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Mais uma vez, sem surpresa, tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, o incumprimento do requisito de *Liquidez Geral* diminui à medida que a classe habilitante aumenta. É de sublinhar que nenhuma das empresas da amostra com classe superior a 6 de alvará particular, se encontrava incumpridora deste requisito legal, no final de 2020.

2.4.3 AUTONOMIA FINANCEIRA³

O rácio de *Autonomia Financeira* indica a capacidade de uma empresa fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios. De uma forma geral, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa; quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade. Um valor aceitável para a generalidade das empresas situa-se entre os 30% e os 60%, apesar da exigência legal para obter um título habilitante do setor da construção ser menor.

Em 2020, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 50% dos casos analisados, uma *Autonomia Financeira* superior a 36%.

QUADRO 23 – AUTONOMIA FINANCEIRA POR CLASSES

Título Habilitante	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total	Tendência [2017-2020]
Nº de Empresas	9420	7055	9289	1802	1546	1121	371	140	45	72	30861	
Quartil Superior	62%	62%	52%	61%	63%	62%	58%	59%	53%	48%	60%	
Mediana	37%	39%	29%	41%	43%	44%	43%	39%	40%	35%	36%	
Quartil Inferior	13%	17%	10%	24%	26%	28%	28%	27%	24%	23%	15%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2020, no total das empresas da amostra, foram contabilizados índices de *Autonomia Financeira* de valor idêntico ao do ano anterior. Tal como em 2019, são as empresas das classes de alvará (3 a 6) que apresentam os melhores rácios. Os valores mais baixos verificaram-se nas empresas com certificados e com alvarás de classe 2 e 9, com a primeira a apresentar o menor valor para o quartil inferior da amostra, 10%. Considerando a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 24 mostra os valores de Autonomia Financeira tendo em conta a região onde as empresas estão registadas.

QUADRO 24 – AUTONOMIA FINANCEIRA POR REGIÕES (NUTS II)

Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total
Nº de Empresas	876	1731	5603	9877	11695	640	439	30861
Quartil Superior	63%	65%	60%	62%	56%	56%	58%	60%
Mediana	39%	39%	37%	37%	34%	36%	34%	36%
Quartil Inferior	15%	15%	17%	15%	15%	15%	15%	15%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

³ Autonomia Financeira = $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$

Uma primeira análise aos valores apresentados por região permite observar que não se afastam significativamente dos valores nacionais.

A região do Alentejo apresenta o valor mais elevado de *Autonomia Financeira* no quartil superior e as regiões do Alentejo e do Algarve apresentam a mediana mais elevada. A região Centro apresenta o valor para o quartil inferior mais alto.

A região Norte e a Região Autónoma dos Açores têm o pior valor para a mediana. De salientar que a região Norte é a que, em termos gerais, apresenta os piores valores de *Autonomia Financeira*, desde 2015.

Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes dos Quadros 25 e 26.

QUADRO 25 – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	5612	5148	1515	1336	1013	320	131	40	69	15184
Quartil Superior	64%	56%	61%	63%	62%	58%	58%	53%	47%	60%
Mediana	42%	33%	41%	43%	44%	43%	39%	39%	35%	39%
Quartil Inferior	20%	15%	25%	27%	28%	30%	27%	24%	23%	20%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

QUADRO 26 – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PARTICULARES

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	1536	4277	293	221	122	53	10	5	3	6520
Quartil Superior	53%	48%	58%	69%	62%	60%	63%	56%	92%	51%
Mediana	26%	23%	38%	43%	44%	41%	44%	50%	49%	26%
Quartil Inferior	7%	5%	20%	23%	23%	23%	23%	32%	9%	7%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De uma forma geral, as empresas detentoras de títulos habilitantes em obras públicas mantiveram os valores da *Autonomia Financeira*, face ao observado em 2018.

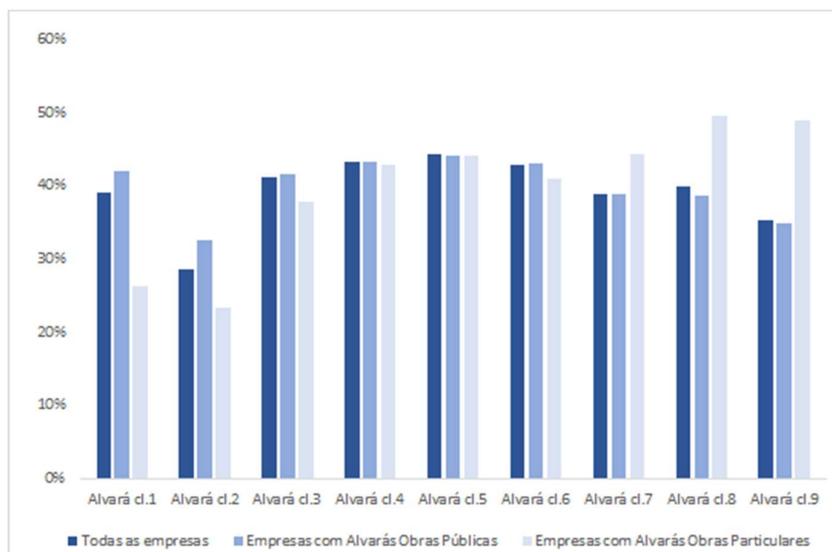
Os valores mais baixos para o quartil inferior verificaram-se nas empresas com alvarás de classe 1, 2 e 9, que apresentaram um rácio de *Autonomia Financeira* entre 15% e 23%. No que diz respeito à mediana, o valor mais baixo aparece junto das empresas detentoras de alvarás de classe 2 e 9, com 33% e 35%, respetivamente. O quartil superior apresenta os valores mais baixos nas empresas detentoras de alvarás de classe 8 e 9, com 53% e 47%, respetivamente.

Face aos valores apresentados, pode-se concluir que as empresas detentoras de alvarás de construção de obras públicas das classes 3 a 5 são aquelas que apresentam maior estabilidade financeira. Já nas empresas com títulos habilitantes de obras particulares, verifica-se uma tendência, mesmo que marginal, para a melhoria dos resultados em todos os quartis.

Comparativamente a 2019, no cômputo geral, a *Autonomia Financeira* das empresas melhora ligeiramente ao nível da mediana e do quartil superior. Os valores deste indicador apresentam alguma amplitude, com subidas e descidas ao longo das classes de alvará. O que não muda relativamente a 2019 é o facto de as empresas com alvarás de construção em obras particulares de classe 2 serem aquelas que têm o pior desempenho neste rácio.

A comparação das empresas com alvará de obras públicas com as empresas com alvará de obras particulares está visualmente disponível no Gráfico 6. Ambas apresentam maior estabilidade financeira ao possuírem alvarás de classe 3 e superiores.

GRÁFICO 6 – AUTONOMIA FINANCEIRA (MEDIANA) POR TÍTULO HABILITANTE



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A *Autonomia Financeira* é outro dos indicadores exigidos para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior à 2 que deve ser de, pelo menos, 5%, consoante o estipulado na Portaria nº 274/2011, de 26/09.

QUADRO 27 – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS EMPRESAS, POR TÍTULO HABILITANTE

Classe máxima de habilitações	Nº de empresas			Empresas Incumpridoras %
	Amostra	Autonomia Financeira >= 5%	Autonomia Financeira < 5%	
Certificado	9420	7744	1676	-
1	7055	6085	970	-
2	9289	7574	1715	-
3	1802	1725	77	4,3%
4	1546	1488	58	3,8%
5	1121	1079	42	3,7%
6	371	360	11	3,0%
7	140	140	0	0,0%
8	45	42	3	6,7%
9	72	68	4	5,6%
Total	30861	26305	4556	14,8%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 27 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor de *Autonomia Financeira* de, pelo menos, 5%, em função do título habilitante.

Assim, é entre as empresas com os títulos habilitantes dentro das classes 5 e 7 que se verificam menos empresas incumpridoras. Esta percentagem é maior entre as empresas com classe de alvará mais elevada.

Interessa, pois, efetuar uma análise mais minuciosa às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 28.

QUADRO 28 – INCUMPRIMENTO DO RÁCIO DE AUTONOMIA FINANCEIRA

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	Com Alvará de Obras Públicas		Com Alvará de Obras Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	54	3,6%	24	8,2%
4	50	3,7%	9	4,1%
5	39	3,8%	4	3,3%
6	8	2,5%	3	5,7%
7	0	0,0%	0	0,0%
8	3	7,5%	0	0,0%
9	4	5,8%	0	0,0%
Total	158	3,6%	40	5,7%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Nele, pode-se constatar que 158 de um total de 4.424 empresas com alvarás de obras públicas de classe 3 ou superior apresentam uma *Autonomia Financeira* inferior a 5%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 3,6%. Nota para que, caso das classes intermédias de habilitação, o incumprimento do valor mínimo para o rácio de *Autonomia Financeira* é

menor. Comparativamente com os dois tipos de obra, as empresas de obras públicas têm menores percentagens de incumprimentos nas classes 3, 4 e 6, mas maiores percentagens nas classes 5, 8 e 9. Sendo de sublinhar que nenhuma das empresas da amostra com alvará em obras particulares de classe superior a 6 se encontrava incumpridora deste requisito legal no final de 2020.

2.5 OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

De forma a tornar mais sólida a análise da situação económico-financeira das empresas do setor da construção, foram calculados outros indicadores, para além dos legalmente monitorizados. Assim, no campo dos indicadores financeiros calcularam-se a *Liquidez Reduzida*, a *Cobertura do Ativo Não Corrente*, a *Solvabilidade*, o *Endividamento* e a *Estrutura do Endividamento*; no campo dos indicadores económicos, calcularam-se o *Resultado Líquido do Exercício*, a *Rentabilidade do Capital Próprio*, a *Rentabilidade do Ativo*, o *Volume de Negócios*, a *Rotação do Ativo*, a *Rentabilidade das Vendas* e a *Margem EBITDA*.

2.5.1 INDICADORES FINANCEIROS

Foram, portanto, calculados 5 indicadores financeiros complementares, a saber:

- i. *Liquidez Reduzida*⁴ – Mede a capacidade da empresa de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos, mas de uma forma mais exigente do que no rácio de liquidez geral, ou seja, assumindo que as existências (stocks de matérias-primas e produtos intermédios e acabados) serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no balanço.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente*⁵ – Indica em que medida os investimentos são financiados por capitais estáveis (capitais próprios e passivo não corrente). Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 100%, isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente.
- iii. *Solvabilidade*⁶ – Traduz a capacidade de uma empresa satisfazer e assumir compromissos, a médio e longo prazo, por recurso à sua estrutura de capitais

⁴ $Liquidez Reduzida = \frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$

⁵ $Cobertura do Ativo Não Corrente = \frac{\text{Capital Próprio} + \text{Passivo Não Corrente}}{\text{Ativo Não Corrente}}$

⁶ $Solvabilidade = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$

- próprios. A gestão deste rácio é importante por forma a não colocar em causa a continuidade da empresa no médio/ longo prazo. A solvabilidade de uma empresa será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio; um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da empresa no futuro e é sinónimo de uma elevada fragilidade económico-financeira.
- iv. *Endividamento*⁷ – Mede a extensão com que a empresa utiliza capital alheio para financiar as suas atividades. Quando o grau de endividamento é muito elevado, ou seja, quando a empresa se endivida em excesso, arrisca-se a que os credores ganhem influência na gestão. Adicionalmente, os credores, apercebendo-se do maior nível de risco a que se expõem quando financiam a empresa, exigem taxas de juro mais elevadas e levantam mais obstáculos à concessão de crédito. Este indicador deve ser lido em conjunto com o seguinte, sendo que, quanto mais elevados, maior a gravidade da situação da empresa, pois a dependência de capitais alheios é tanto mais grave quanto mais de curto prazo sejam os compromissos.
- v. *Estrutura do Endividamento*⁸ – Traduz a parcela do passivo exigível a curto prazo relativamente ao endividamento total. Um valor elevado deste rácio indica maiores riscos de dificuldades de tesouraria para as empresas.

Todos os rácios apresentados no Quadro 29 e no Gráfico 7 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –, com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

QUADRO 29 – INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores Financeiros	Empresas com Alvarás de Obras Públicas		Empresas com Alvarás de Obras Particulares		Total de Empresas	
	Valor	Tendência [2017-2020]	Valor	Tendência [2017-2020]	Valor	Tendência [2017-2020]
Liquidez Reduzida	169,83%		143,98%		168,74%	
Cobertura do Ativo Não Corrente	366,94%		301,61%		337,79%	
Solvabilidade	63,92%		34,74%		56,08%	
Endividamento	60,92%		74,07%		63,93%	
Estrutura do Endividamento	75,00%		73,22%		73,85%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

⁷ Endividamento = $\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Total do Ativo}}$

⁸ Estrutura do Endividamento = $\frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Total do Passivo}}$

GRÁFICO 7 – INDICADORES FINANCEIROS



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De uma forma geral, os valores do Quadro 29 e do Gráfico 7 evidenciam alguns aspetos: primeiro, que o setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho; depois, que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, portanto, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares; por último, as tendências evolutivas dos indicadores são, na sua maioria, positivas, o *Endividamento* manteve um valor semelhante, e a *Cobertura do Ativo Não Corrente* a manter-se num valor muito elevado, apesar da tendência de diminuição, até 2019, com inversão em 2020.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 29 e do Gráfico 7 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Liquidez Reduzida* – O valor de referência é 1, ou 100%. Neste caso, a mediana das empresas do setor apresenta um valor mais de 50% superior ao valor de referência, sinónimo de que a maioria das empresas possui a capacidade de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente* – Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 1 (ou 100%), isto é, os capitais

- próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente. Também neste caso, a maioria das empresas do setor apresenta excelentes resultados. Os elevados valores deste indicador em 2020, à semelhança de anos anteriores, revelam que, de uma forma geral, os investimentos das empresas do setor são suportados por um financiamento de médio e longo prazo, à partida mais adequado à recuperação desse mesmo investimento.
- iii. *Solvabilidade* – O valor obtido neste rácio deve ser lido em conjunto com os rácios de *Endividamento* e de *Autonomia Financeira*. Todos eles pretendem aferir da vulnerabilidade das empresas. Também este rácio tem o valor de 1 (ou 100%) como referência. Um valor superior significa que o património da empresa é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, enquanto um valor inferior significa que a empresa não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida. Ora, na nossa amostra verifica-se que cerca de 50% das empresas têm uma solvabilidade superior a 56,08%, valor ligeiramente inferior ao dos últimos anos, não se aproxima da referência e que mostra que, no setor, existe dependência do crédito de modo a fazer face aos compromissos.
- iv. *Endividamento* – Neste rácio, quanto menor o valor obtido, melhor a situação financeira das empresas; quanto maior o valor, mais arriscada esta se torna. O valor apurado significa que a maioria das empresas de construção financia-se em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, faltando, portanto, capacidade e dimensão financeira às empresas. Ver também as conclusões indissociáveis dos rácios de *Solvabilidade* e de *Autonomia Financeira*.
- v. *Estrutura do Endividamento* – O valor deve ser o mais baixo possível. No ano de 2020, a maioria das empresas do setor continua a ter uma elevada percentagem de passivos de curto prazo. No entanto, face aos excelentes valores apurados de *Liquidez Reduzida*, a situação não parece ser preocupante.

Nota ainda para o facto de, principalmente no caso dos rácios de *Solvabilidade* e de *Endividamento*, ser importante saber quais os valores de referência para o setor, pois existem especificidades setoriais que levam a que estes rácios tenham valores médios muito distintos. Posteriormente, caberá a cada empresa fazer a sua análise comparativa, de forma a conseguir situar-se relativamente à performance setorial.

Para o ano 2020, o INE divulgou os valores da *Solvabilidade* (47%) (ver Quadro 3) e do *Endividamento* (69%) das empresas pertencentes à Secção F – construção. O primeiro rácio apresenta uma evolução crescente desde 2009. O segundo, um decréscimo desde 2012, com uma estabilização em 2020. As empresas constituintes da amostra que está a ser analisada apresentaram, respetivamente, rácios de 56,08% e 63,93% (valores considerados a partir da mediana).

Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores financeiros. O Quadro 30 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

QUADRO 30 – INDICADORES FINANCEIROS, POR REGIÕES (NUTS II)

Indicadores Financeiros	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
Liquidez Reduzida	178,24%	167,73%	162,63%	174,99%	166,33%	179,92%	155,82%	168,74%
Cobertura do Ativo Não Corrente	309,50%	322,20%	308,92%	355,38%	347,42%	409,68%	267,03%	337,79%
Solvabilidade	62,66%	64,38%	59,73%	58,58%	50,98%	54,97%	50,48%	56,08%
Endividamento	61,44%	60,55%	62,51%	62,89%	66,05%	64,35%	66,45%	63,93%
Estrutura do Endividamento	70,79%	77,48%	72,32%	76,58%	72,87%	71,41%	67,42%	73,85%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De facto, da análise do Quadro 30 não se pode evitar a conclusão de que o setor é relativamente homogéneo em Portugal continental, existindo, no entanto, alguns afastamentos mais significativos face à média nacional dos indicadores, que não deixam de ser pontuais.

A Área Metropolitana de Lisboa e a região do Alentejo, são as regiões do continente que de uma forma global apresentam melhores resultados face à média nacional.

2.5.2 INDICADORES ECONÓMICOS

Foram ainda calculados 7 indicadores económicos complementares, a saber:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – O valor traduz a diferença entre todos os proveitos obtidos pela empresa e todos os custos por ela suportados, durante um determinado exercício económico.
- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio*⁹ – Também conhecido por ROE (*Return on Equity*). O indicador reflete a rentabilidade dos recursos investidos pelos sócios ou acionistas da empresa e, em sequência, a capacidade de sobrevivência financeira da empresa a longo prazo e a potencialidade de atrair mais capitais próprios e alheios.
- iii. *Rentabilidade do Ativo*¹⁰ – O rácio transmite a eficiência da aplicação dos ativos e a capacidade de estes gerarem resultados. Representa uma medida de avaliação da rentabilidade dos capitais totais investidos na empresa, independentemente se provêm de capitais próprios ou capitais alheios.

⁹ Rentabilidade do Capital Próprio = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$

¹⁰ Rentabilidade do Ativo = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Total do Ativo}}$

- iv. *Volume de Negócios* – É o valor das vendas de cada empresa. Será também utilizado para destacar as 20 maiores empresas detentoras de pelo menos um título habilitante de construção (sejam ou não empresas do setor), as quais serão alvo de uma análise mais pormenorizada.
- v. *Rotação do Ativo*¹¹ – O rácio traduz o grau de eficiência operacional na utilização dos ativos de uma empresa. Por outras palavras, indica o número de vezes em que as vendas de um determinado período superam o montante dos recursos investidos.
- vi. *Rentabilidade das Vendas*¹² – O rácio expressa a percentagem do volume de negócios que consiste em resultado líquido, sendo um indicador que traduz a rentabilidade das empresas.
- vii. *Margem EBITDA*¹³ – EBITDA é um acrónimo de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou, em português, Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. É, por outras palavras, o Cash-Flow Operacional. Por eliminar os efeitos dos financiamentos e das decisões meramente contabilísticas, a sua utilização pode fornecer uma boa análise comparativa, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio. A Margem EBITDA, aqui utilizada, é uma medida da rentabilidade da empresa, mas também da capacidade da empresa em gerar fluxos de caixa (cash-flows) a partir da atividade operacional, sendo um indicador de eficiência, que traduz a capacidade das empresas gerarem lucros a partir do seu negócio.

Todos os números apresentados no Quadro 31 e no Gráfico 9 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –, com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

¹¹ Rotação do Ativo = $\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Total do Ativo}}$

¹² Rentabilidade das Vendas = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$

¹³ Margem EBITDA = $\frac{\text{EBITDA}}{\text{Volume de Negócios}}$

QUADRO 31 – INDICADORES ECONÓMICOS

Indicadores Económicos	Empresas com Alvarás de Obras Públicas		Empresas com Alvarás de Obras Particulares		Total de Empresas	
	Valor	Tendência [2017-2020]	Valor	Tendência [2017-2020]	Valor	Tendência [2017-2020]
Resultado Líquido do Exercício	8 805 €	↗	3 589 €	↘	5 527 €	↘
Rentabilidade do Capital Próprio	8,27%	↗	15,48%	↘	10,15%	↘
Rentabilidade do Ativo	2,55%	↗	2,26%	↘	2,60%	↘
Volume de Negócios	398 993 €	↗	190 776 €	↘	238 396 €	↘
Rotação do Ativo	112,34%	↗	142,94%	↘	122,85%	↘
Rentabilidade das Vendas	2,36%	↗	1,90%	↘	2,28%	↘
Margem EBITDA	6,40%	↗	5,67%	↘	6,35%	↘

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

GRÁFICO 8 – INDICADORES ECONÓMICOS



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2020 verificou-se, na generalidade, uma descida no valor dos indicadores económicos das empresas com títulos habilitantes de construção.

Por tipo de obra, as empresas com habilitação em obras públicas aproximam-se mais da tendência global (até porque são elas as grandes contribuintes dos números), enquanto as empresas com habilitação em obras particulares se afastam mais desses valores. A tendência de decréscimo em alguns indicadores, é mai expressiva nestas últimas empresas.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 31 e do Gráfico 8 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – Sendo um número efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rentabilidade do Capital Próprio*, da *Rentabilidade do Ativo* e da *Rentabilidade das Vendas*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, quer as empresas com habilitações em obras públicas, quer as empresas com habilitações em obras particulares, demonstraram uma evolução positiva até 2019, tendo sido invertida em 2020. Interessante é, também, fazer uma análise do número de empresas que apresentam resultados negativos, por título habilitante (Quadro 32) e do número de empresas por escalões de resultados (Quadro 33).

QUADRO 32 – NÚMERO DE EMPRESAS COM RESULTADO LÍQUIDO NEGATIVO, POR TÍTULO HABILITANTE

Classe Máxima	Nº de Empresas com RL < 0				Tendência [2017-2020]
	2017	2018	2019	2020	
Certificado	1997	1703	1759	2436	
1	1314	1237	1217	1661	
2	1041	1201	1603	2295	
3	261	237	219	335	
4	202	199	181	228	
5	148	166	137	184	
6	30	32	44	50	
7	8	16	13	20	
8	11	8	5	5	
9	15	13	12	14	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O número de empresas com *Resultado Líquido do Exercício* negativo tem apresentado alguma oscilação nos últimos anos. Sem ter em consideração as empresas detentoras em exclusivo de Certificados, observou-se desde 2017 uma tendência crescente, bastante acentuada em 2020 onde se observou um crescimento de cerca de 39,7%.

QUADRO 33 – NÚMERO DE EMPRESAS POR ESCALÕES DE RESULTADO LÍQUIDO

Escalaão de Resultado Líquido	Nº de Empresas				Tendência [2017-2020]
	2017	2018	2019	2020	
>= 10.000.000	13	15	13	18	
[1.000.000 - 10.000.000[172	200	230	282	
[100.000 - 1.000.000[1551	1813	2212	2421	
[10.000 - 100.000[8259	9019	9612	9712	
[0 - 10.000[10902	10854	11005	11216	
[-10.000 - 0[2267	2154	2373	2996	
[-100.000 - -10.000[2166	2292	2455	3638	
[-1.000.000 - -100.000[327	321	322	548	
[-10.000.000 - -1.000.000[42	41	33	41	
< -10.000.000	6	4	7	5	
Total	25705	26713	28262	30877	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

- A linha vermelha do quadro anterior marca a divisão entre resultados positivos e negativos. Claramente, as empresas com resultados negativos são em menor número.
- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio* – Este indicador não tem um valor de referência. É um indicador que pode ser usado a título comparativo com outros negócios ou com os valores obtidos em anos anteriores, e que permite saber se o capital investido está a ter uma rentabilidade adequada ou esperada. Não obstante, não deixa de ser um dos mais importantes rácios de análise, em que, quanto maior o valor, maior a eficiência da empresa a gerar lucros. Perante os dados apresentados no Quadro 31, pode-se concluir que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas, apesar de continuarem a apresentar menor eficiência do que as empresas com títulos habilitantes de obras particulares, têm vindo a aumentá-la gradualmente desde 2016, tendo subido desde então 2,3pp. As empresas com títulos habilitantes de obras particulares, viram descer este indicador, no entanto, em 2019 registaram um crescimento, tendo recuperado o valor de 2016. Em 2020, observou-se um decréscimo de 2,47pp.
 - iii. *Rentabilidade do Ativo* – Também conhecido por ROA (*Return on Assets*), este rácio também não tem um valor de referência. A forma de leitura é semelhante ao indicador anterior, sendo tanto melhor quanto maior for a percentagem obtida. Da leitura do Quadro 31, constata-se o crescimento do indicador até 2019, quer nas empresas com habilitação a realizar obras públicas, quer naquelas com habilitação a realizar obras particulares. No ano 2020, o indicador registou um decréscimo. Apesar da rentabilidade continuar a ser baixa em comparação com outros investimentos, a visualização do comportamento do setor fornecida pelo Gráfico 8 mostra claramente

- o sentido ascendente do rácio nos últimos anos, o que é extremamente positivo, tendo em conta a crise económica que Portugal atravessou e que afetou sobremaneira o investimento em obras públicas e particulares.
- iv. *Volume de Negócios* – Sendo, tal como o *Resultado Líquido do Exercício*, um valor efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rotação do Ativo*, da *Rentabilidade das Vendas* e da *Margem EBITDA*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, as empresas com habilitações em obras públicas e em obras particulares mantêm uma tendência crescente, com o ano 2020 a manter um valor idêntico ao ano anterior.
- v. *Rotação do Ativo* – Também este rácio não tem um valor de referência, devendo fazer-se uma comparação de como o valor está a evoluir anualmente. Tendo por princípio de que quanto maior o valor do rácio, maior é a eficiência com que a empresa está a otimizar os recursos e a capacidade instalada, a análise do Quadro 31 mostra que neste aspeto as empresas com habilitação em obras particulares são mais eficientes do que as empresas com habilitação em obras públicas.
- vi. *Rentabilidade das Vendas* – Este rácio segue o padrão dos anteriores rácios de rentabilidade e a sua leitura deve ser efetuada de forma semelhante. Com ele, ficamos a saber qual é a margem total das vendas após os efeitos fiscais, financeiros e de exploração da empresa. Os dados disponibilizados no Quadro 31 demonstram um comportamento semelhante das empresas com habilitações de construção, quer seja em obras públicas, quer em obras particulares. A evolução, desde 2016, tem sido positiva, passando de 1,88% para 2,28%. No entanto, o valor de 2,28% continua a ser extremamente baixo, fácil de inverter a tendência.
- vii. *Margem EBITDA* – Também este é um indicador sem um valor de referência, sendo certo que, quanto mais elevado, mais eficiente é a empresa ou o setor. Há que ter algum cuidado com a utilização deste rácio para avaliar as empresas com um endividamento muito elevado, pois ele não tem em linha de conta o custo do pagamento de juros. Portanto, com a devida ressalva, até porque o rácio de *Endividamento* das empresas alvo desta amostra resultou na conclusão de que a maioria dessas empresas se financia em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, não deixa de ser positivo que a *Margem EBITDA* venha a apresentar uma tendência de melhoria nos últimos anos, desde 2016 até 2019, com um aumento acumulado de 1,19pp., atingindo, 6,78%. Em 2020, à semelhança do que se tem verificado nos outros indicadores, observou um decréscimo, tendo alcançado 6,35%.

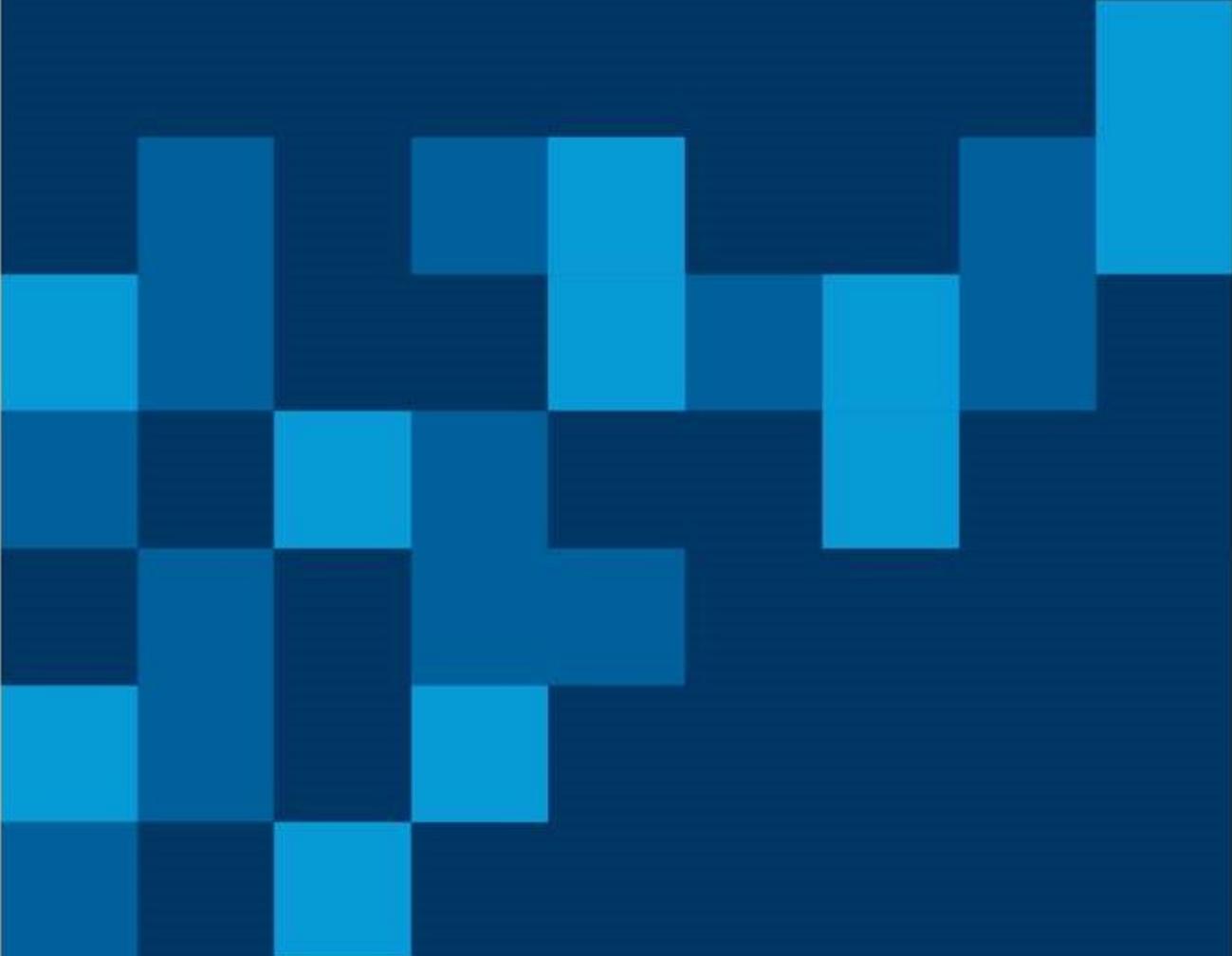
Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores económicos. O Quadro 34 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

QUADRO 34 – INDICADORES ECONÓMICOS, POR REGIÕES (NUTS II)

Indicadores Económicos	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
Resultado Líquido do Exercício	7 771 €	6 741 €	5 737 €	5 815 €	5 010 €	4 725 €	7 665 €	5 527 €
Rentabilidade do Capital Próprio	10,13%	13,01%	9,38%	10,65%	10,05%	7,49%	10,77%	10,15%
Rentabilidade do Ativo	3,20%	3,23%	2,65%	2,55%	2,57%	1,61%	2,21%	2,60%
Volume de Negócios	210 253 €	253 339 €	220 199 €	243 635 €	241 459 €	222 153 €	331 611 €	238 396 €
Rotação do Ativo	105,68%	134,77%	110,68%	124,35%	129,27%	100,37%	113,31%	122,85%
Rentabilidade das Vendas	3,18%	2,73%	2,60%	2,28%	2,05%	2,02%	2,27%	2,28%
Margem EBITDA	7,58%	6,95%	7,16%	6,35%	5,93%	5,22%	6,35%	6,35%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Da análise do Quadro 34 não se pode evitar a conclusão de que o setor é relativamente homogéneo, com a maioria dos rácios a apresentarem desvios face à média nacional de apenas algumas décimas, coexistindo com alguns afastamentos regionais mais significativos. A situação de afastamento, pela negativa, é mais evidente na Região Autónoma da Madeira (com todos os indicadores inferiores ao valor nacional), mas também na região Norte (com 4 indicadores inferiores ao valor nacional).



3. As 20 Maiores Empresas em Portugal com Atividade no Setor da Construção em 2020

3. AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO EM 2020

Do conjunto das 30.877 empresas com títulos habilitantes para exercerem atividade no setor da construção para as quais temos informação financeira, foram apuradas as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* contabilizado em 2020 (TOP20).

QUADRO 35 – TOP 20 EM VOLUME DE NEGÓCIOS

		Empresa	Classe Máxima	Volume de Negócios		% Var. 2020/2019
				2019	2020	
1	→	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	7	3 174 977 000 €	3 006 214 000 €	-5,32%
2	→	MOTA-ENGIL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA, S.A.	9	570 392 035 €	466 300 391 €	-18,25%
3	↑	MOTA-ENGIL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	9	326 696 954 €	312 770 930 €	-4,26%
4	→	SIEMENS, S.A.	9	335 574 892 €	276 695 508 €	-17,55%
5	↓	TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	377 183 739 €	276 648 802 €	-26,65%
6	↑	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	9	157 086 410 €	211 907 815 €	34,90%
7	↓	HUAWEI TECH.PORTUGAL - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	1	221 704 659 €	200 014 131 €	-9,78%
8	↑	CASAIS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	9	97 620 595 €	151 961 748 €	55,67%
9	↑	C.M.E. - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELECTROMECÂNICA, S.A.	9	122 305 328 €	117 241 092 €	-4,14%
10	↑	ALVES RIBEIRO, S.A.	9	101 089 512 €	117 022 086 €	15,76%
11	↓	CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.	9	146 741 149 €	110 964 706 €	-24,38%
12	↑	FERREIRA - CONSTRUÇÃO, S.A.	9	104 626 177 €	104 803 298 €	0,17%
13	☆	EDGE TECHNOLOGY, LDA (ZONA FRANCA DA MADEIRA)	4	63 117 822 €	103 235 321 €	63,56%
14	↓	CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S.COUTO, S.A.	9	130 963 471 €	102 948 860 €	-21,39%
15	↑	SECURITAS - SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	5	106 261 089 €	102 114 577 €	-3,90%
16	☆	METALOGALVA - IRMÃOS SILVAS, S.A.	5	91 546 454 €	101 699 705 €	11,09%
17	↓	EFACEC ENERGIA - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉCTRICOS, S.A.	7	206 035 073 €	97 774 338 €	-52,54%
18	↓	J.H.ORNELAS & CA., SUCESSOR, LDA	2	116 372 784 €	97 043 737 €	-16,61%
19	↓	AFAVIAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	142 294 396 €	92 047 080 €	-35,31%
20	☆	STRONG CHARON - SOLUÇÕES DE SEGURANÇA, S.A.	5	109 993 748 €	90 565 564 €	-17,66%
Total				6 702 583 288 €	6 139 973 688 €	-8,39%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O grupo das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* (0,06% das 30.877 empresas analisadas) é constituído exclusivamente por empresas com alvará de construção em obras públicas: 12 empresas com alvará de classe 9, 2 empresas de classe 7, 3 empresas de classe 5, 1 empresa de classe 4, 1 empresa de classe 2 e 1 empresa de classe 1.

No total, estas 20 empresas registaram um valor de *Volume de Negócios* de 6.139.973.688 €, cerca de 8,39% inferior ao que estas mesmas empresas tinham apurado no ano anterior, e 9,13% inferior ao valor do Volume de Negócios das TOP20 de 2019 (6.757.224.730 €).

Em termos globais, o *Volume de Negócios* registado pelas 30.877 empresas analisadas em 2020 foi de 34.414.868.317 €, 5,32% superior ao apurado em 2019, ano em que as 28.262 empresas então analisadas registaram um valor de 32.676.733.262 €.

No topo da lista das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* destaca-se a EDP Comercial, à semelhança dos últimos anos. No corrente ano, passou a fazer parte deste grupo 1 nova empresa, Strong Charon – Soluções de Segurança, S.A. (ver nota de rodapé n.º 14).

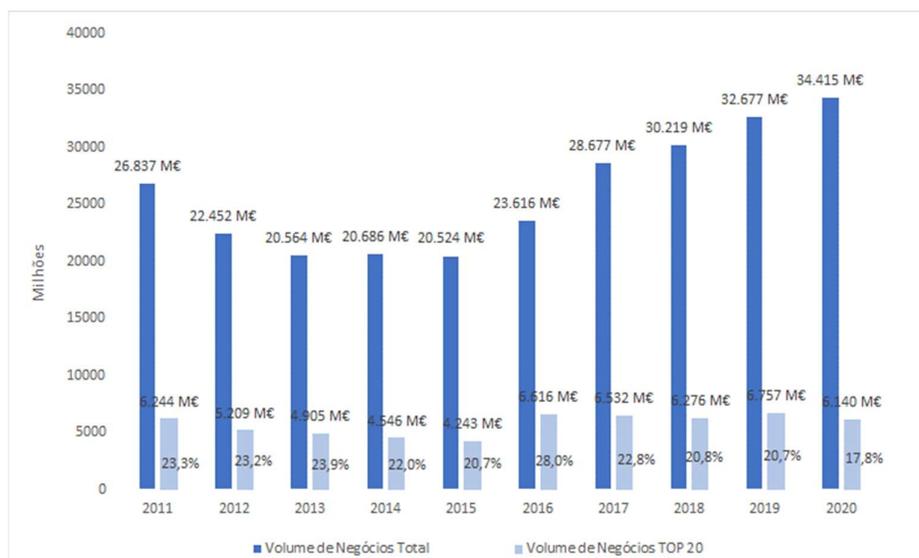
No TOP 20, a empresa com a data de constituição mais antiga – 1905 – é Siemens, S.A., da Região da Área Metropolitana de Lisboa e a mais recente – 2012 – é a Edge Technology, LDA da Região Autónoma da Madeira.

No que respeita à distribuição geográfica por NUT II, no TOP 20 existem 9 empresas da região Norte, 8 empresas na região da Área Metropolitana de Lisboa, 2 empresas na Região Autónoma da Madeira e 1 empresa na Região Autónoma dos Açores. De referir, também, que 17 empresas assumem a forma jurídica de sociedades anónimas e 3 empresas de sociedades por quotas.

Das 30.877 empresas da amostra, 350 declararam um *Volume de Negócios* igual a zero, no entanto, apresentam 724 empregados. As empresas do TOP 20 declararam 31.823 empregados, o que representa 7,75% do total de empregados declarado pelas empresas da amostra.

O valor do *Volume de Negócios* das empresas do TOP 20 representa cerca de 18 % do total do valor do *Volume de Negócios* das empresas da amostra, valor inferior ao observado em 2019.

GRÁFICO 9 – PESO DO TOP 20 EM TERMOS DE VOLUME DE NEGÓCIOS



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em termos de evolução anual do *Volume de Negócios* entre 2011 e 2020, visível no Gráfico 9, verificou-se um acentuado decréscimo, na ordem dos 24%, entre os anos de 2011 e 2015, passando dos 26.837 M€ em 2011, para os 20.524 M€ em 2015. Desde 2016 que se tem verificado a uma recuperação do indicador, sendo que em o ano 2020 alcançou o valor mais elevado desde 2011.

A evolução do peso relativo do volume de negócios das 20 maiores empresas apresentou alguma estabilidade entre 2011 e 2015, apresentando uma ligeira oscilação entre os 21% e os 24%, sendo o ano de 2016 aquele que apresentou uma maior variação em relação ao ano anterior, isto é, 7 pp, e também aquele em que o peso relativo do volume de negócios das empresas do TOP 20 foi mais elevado. Em 2020, o peso relativo do volume de negócios das 20 maiores empresas observou o valor mais baixo dos últimos anos, 17,8%.

Tendo em vista a análise deste subgrupo, foram apurados os indicadores económicos e financeiros das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*.

QUADRO 36 – INDICADORES FINANCEIROS DAS TOP 20

Indicadores Financeiros	TOP 20	Amostra
Liquidez Geral	140,61% -	209,62%
Autonomia Financeira	36,88% +	36,07%
Liquidez Reduzida	132,62% -	168,74%
Cobertura do Ativo Não Corrente	150,50% -	337,79%
Solvabilidade	58,43% +	56,08%
Endividamento	63,12% +	63,93%
Estrutura do Endividamento	80,57% -	73,85%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* com o total das empresas analisadas, verifica-se que as primeiras apresentam pior situação financeira nos indicadores de Liquidez Geral, Liquidez Reduzida, Cobertura do Ativo Não Corrente e Estrutura do Endividamento e melhor situação nos indicadores de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento, embora nestes três casos a superioridade seja marginal.

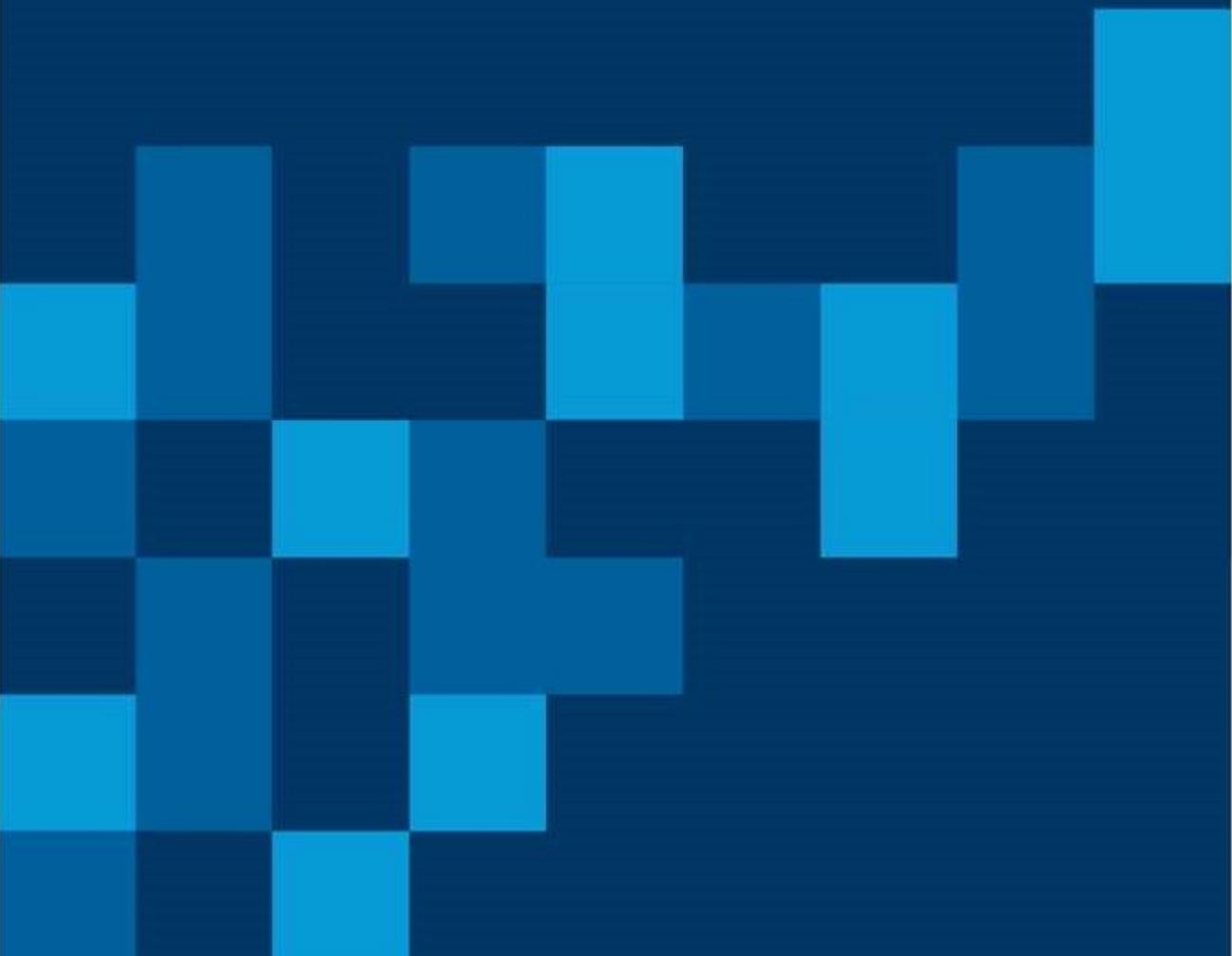
QUADRO 37 – INDICADORES ECONÓMICOS DAS TOP 20

Indicadores Económicos	TOP 20	Amostra
Resultado Líquido do Exercício	5 506 855 € +	5 527 €
Rentabilidade do Capital Próprio	7,93% -	10,15%
Rentabilidade do Ativo	3,49% +	2,60%
Volume de Negócios	113 993 396 € +	238 396 €
Rotação do Ativo	92,52% -	122,85%
Rentabilidade das Vendas	2,67% +	2,28%
Margem EBITDA	7,05% +	6,35%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente aos indicadores económicos, verifica-se que, as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*, em comparação com o total das empresas analisadas, apresentam piores resultados relativamente à *Rentabilidade do Capital Próprio* e *Rotação do Ativo*.

Comparativamente a 2019, os resultados do TOP 20 verificaram um decréscimo de 16,6% no *Volume de Negócios* após ter observado um crescimento de 18,7% em 2019. Os rácios *Rentabilidade do Capital Próprio*, *Rotação do Ativo* e *Volume de Negócios*, apresentam em 2020 valores inferiores comparativamente ao ano anterior.



4. Comparação com os Indicadores de Outros Países Europeus

4. COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES

EUROPEUS

Com o objetivo de se elaborar uma análise comparativa da situação económico-financeira das empresas do sector da construção com as suas congéneres europeias, apresenta-se um conjunto de rácios obtidos a partir dos dados disponíveis na base de dados *Bank for the Accounts of Companies Harmonized – BACH*, disponibilizada pelo *Banque de France*.

Os dados correspondem ao valor do quartil mediano da totalidade das empresas registadas no sector da construção de cada país, isto é, abrangem todas as empresas com um CAE referente à atividade de construção, independentemente de serem ou não titulares de um alvará de construção.

A análise desses dados permite identificar as diferenças do sector da construção dos diversos países numa ótica de Gestão Financeira. No entanto, deve ter-se em conta que os valores apresentados correspondem a amostras com níveis de representatividade muito distintos para cada país. O Quadro 38 mostra as diferentes representatividades da amostra face ao universo empresarial com CAE do sector da construção, quer em termos de número de empresas, quer em termos de volume de negócio dessas empresas.

QUADRO 38 – REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA POR PAÍS

País	Número de Empresas	Volume de Negócios
Alemanha	6,9%	41,3%
Espanha	23,2%	n.d.
França	24,5%	67,0%
Itália	100,0%	100,0%
Polónia	n.d.	n.d.
Portugal	100%	100,0%

Fonte: BACH/ Banque de France
Nota: Alemanha – Valores de 2019.

É possível verificar que Portugal e Itália têm as empresas com CAE do setor completamente representadas. França e Espanha têm cerca de 25% e 23%, respetivamente. No caso de França, verifica-se que estes agentes económicos representam 67% do volume de negócios do setor. No caso da Alemanha, as apenas 6,9% de empresas representadas valem 41,3% do volume de negócios.

Os dados disponíveis permitiram elaborar o Quadro 39, que apresenta os valores do último ano disponível, assim como a tendência observada no período 2017 – 2020.

QUADRO 39 – VALORES MEDIANOS DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS

País	Solvabilidade	Endividamento	Rentabilidade do Capital Próprio	Rotação do Ativo	Rentabilidade das Vendas	Margem EBITDA
Alemanha	33,81%	76,99%	21,01%	168,65%	3,16%	7,04%
Espanha	85,24%	61,62%	4,44%	101,38%	1,52%	4,37%
França	56,31%	65,29%	13,33%	163,35%	2,74%	5,29%
Itália	37,04%	75,00%	11,11%	90,06%	3,01%	9,15%
Polónia	109,05%	49,71%	19,03%	163,55%	5,26%	8,50%
Portugal	86,84%	65,35%	5,46%	90,49%	2,16%	6,36%

Fonte: BACH/ Banque de France

Nota: Alemanha – Valores de 2019.

O Quadro 39 mostra inequivocamente a boa performance do setor de construção português nos últimos 4 anos, à luz dos dados BACH. De entre os países analisados, Portugal apresentou linhas de tendência de crescimento lineares até 2019. Os valores do último ano refletem a conjuntura vivida como consequência da pandemia que afetou o mundo.

GRÁFICO 10 – COMPARATIVO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS



Fonte: BACH/ Banque de France

Individualmente, por indicador, o Gráfico 10 permite ter uma melhor perspetiva da posição de Portugal comparativamente aos restantes parceiros europeus.

No indicador *Rotação do Ativo*, Portugal aparece em último lugar e na *Rentabilidade do Capital Próprio*, e *Rentabilidade das Vendas* em penúltimo. É no rácio de *Solvabilidade* que Portugal ocupa a sua melhor posição, a seguir à Polónia. Face ao conjunto de países, e com exceção do indicador da *Solvabilidade*, Portugal situa-se na segunda metade da tabela.

Comparativamente a 2019, Portugal revela uma descida de posição no indicador *Rentabilidade das Vendas* (passou de 4^a para 5^a posição). O indicador *Solvabilidade* foi o que expressou uma subida neste *ranking* (passou de 3^a posição para 2^a). Os restantes indicadores mantiveram as posições.



5. SÍNTESE

SÍNTESE

Com vista a uma caracterização genérica das empresas reguladas pelo IMPIC **detentoras de títulos habilitantes em construção**, analisaram-se os dados existentes, quer no IMPIC, quer em bases de dados nacionais e internacionais, relativos ao ano de 2020.

A análise, com vista ao enquadramento do **setor da construção em Portugal** e a sua comparação com o ocorrido em termos mundiais e europeus, revelou-nos uma recuperação muito abaixo dos valores médios globais. Nos últimos anos, a posição de Portugal tem vindo a oscilar no ranking das maiores empresas de construção da Europa, (GPoc 2020 – Global Powers of Construction – elaborado pela Deloitte). Em 2020, Portugal manteve a 14^a posição, igualando os dois últimos anos, sendo a posição mais baixa dos últimos anos. Em 2020, e à semelhança do ano anterior, apenas 1 empresa portuguesa constou no TOP 100 mundial.

Ao nível do tecido empresarial, as 16.591 empresas detentoras de Alvará de Obras Públicas (com 16.302 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de 69,7% do total da amostra (23.816), enquanto as 7.514 empresas detentoras de Alvará de Obras Particulares (com 7.225 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de 31,6%. Já as 289 empresas simultaneamente detentoras de Alvará de Obras Públicas e Particulares representam 1,21% da amostra.

Mais de 37,5% das empresas encontram-se registadas na Região Norte, região onde as, média, pequena e microempresas têm mais peso, com 42,1%, 41,7% e 36,4%, respetivamente. **A Área Metropolitana de Lisboa é a região que acolhe a maior percentagem de grandes empresas**, com 45,1% do total, seguida da região Norte com 35,2% e da região Centro com 10,7%.

No presente estudo foi considerado o universo de **50.197 entidades com NIF português e títulos habilitantes válidos a 31.12.2020**. Desse universo, foram identificadas as **30.877 entidades para as quais existe informação financeira**, número que constituiu a amostra trabalhada. Essa amostra é representativa de 61,5% das empresas com NIF português e títulos habilitantes válidos.

As **microempresas são dominantes nos certificados (86,2%)**, assim como nas classes 1 e 2 de alvarás; **as PME são predominantes nas classes 3 a 8** (destas, nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas (55,0%) e, nas classes 7 e 8, a predominância são as médias empresas (63,2%)); as **grandes empresas são maioritárias na classe de habilitações mais elevada (9)**, com 52,8%.

As empresas da amostra empregam **410.472 trabalhadores**, sendo que a média do número de trabalhadores é tanto mais alta quanto a dimensão da empresa e quanto maior o título habilitante que possui.

A análise da situação económico-financeira foi efetuada tendo em conta vários **indicadores**, definidos por Lei, como o *Capital Próprio*, a *Liquidez Geral* e a *Autonomia Financeira*. Foram igualmente alvo de análise a *Liquidez Reduzida*, a *Cobertura do Ativo Não Corrente*, a *Solvabilidade*, a *Endividamento*, a

Estrutura de Endividamento, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade do Capital Próprio, a Rentabilidade do Ativo, o Volume de Negócios, a Rotação do Ativo, a Rentabilidade das Vendas e a Margem EBITDA.

No caso da **Liquidez Geral** e da **Autonomia Financeira**, 50% das empresas apresentaram **rácios superiores a 210% e 36%**, respetivamente, valores em linha com os observados nos anos transatos.

No que respeita aos **valores mínimos definidos por Lei** relativamente aos primeiros rácios, verificaram-se os seguintes **incumprimentos**: das empresas da amostra, (com classe ≥ 3), 9,1% não cumpriam os valores mínimos de *Capital Próprio*, 6,3% não cumpriam o valor mínimo de *Liquidez Geral* e 3,8% não respeitavam o valor mínimo de *Autonomia Financeira*.

A análise ao **conjunto dos indicadores financeiros** (*Liquidez Reduzida, Cobertura do Ativo Não Corrente, Solvabilidade, Endividamento e Estrutura de Endividamento*) evidencia alguns aspetos. **O setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos**, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho. As empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, conseqüentemente, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares. **A evolução dos indicadores tem verificado uma tendência positiva.** A *Liquidez Reduzida* observou um crescimento no último ano. O *Endividamento* manteve um valor semelhante. A *Cobertura do Ativo Não Corrente* manteve um valor muito elevado, apesar da tendência decrescente até 2019, observando uma inversão em 2020.

Quanto aos **indicadores económicos** (*Resultado Líquido do Exercício, Rentabilidade do Capital Próprio, Rentabilidade do Ativo, Volume de Negócios, Rotação do Ativo, Rentabilidade das Vendas e Margem EBITDA*), em 2020 verificou-se, na generalidade, uma descida no valor dos indicadores económicos das empresas com títulos habilitantes de construção, relativamente a 2019.

O número de empresas com Resultado Líquido do Exercício negativo tem apresentado alguma oscilação nos últimos anos. Em 2020, observou-se um crescimento de 39,7% face ao ano anterior.

As **20 maiores empresas** de construção em termos de *Volume de Negócios* declararam, em 2020, um valor de **Volume de Negócios superior a 6,1 mil milhões de euros**, o que corresponde a cerca de **18%** do **Volume de Negócios total** registado pelas empresas analisadas, no valor de cerca de **34,4 mil milhões de euros**. Comparativamente a 2019, **os resultados do TOP 20 verificaram um decréscimo de 8,39%** no *Volume de Negócios*.

Na **análise comparativa com os restantes países europeus** de que foi possível dispor de dados, verificou-se que o sector da construção nacional apresenta **níveis médios de Endividamento, e Margem EBITDA**. O rácio de **Solvabilidade** é o indicador onde o setor nacional ocupa a melhor posição, atrás da Polónia. No que se refere à **Rentabilidade do Capital Próprio** e à eficiência na utilização do Ativo, expressa pelo indicador **Rotação do Ativo**, Portugal apresenta **dos valores mais baixos entre os países europeus**.



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -10 Lisboa · Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt